

ANEXO IV DA ATA Nº 9,
EM 23 DE MARÇO DE 1988

(Sessão Ordinária do Plenário)

**LEVANTAMENTO E INSPEÇÕES
EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL**

— Relator, Ministro Carlos Átila Álvares da Silva.
Processo nº 625 544/86, com apensos nº 625
263/85-5, nº 625 565/86-0 e Resolução nº 029/86.
Entidade: Superintendência Regional do INAMPS/
RS.

Órgãos Técnicos de Instrução: Inspeção Regio-
nal de Controle Externo/RS e Secretaria de Audi-
toria — SAUDI.

Assunto

Levantamento **in loco** realizado no período de
1º a 30 de setembro de 1986 e apreciado nas
Sessões de 5 de fevereiro de 1987 (Ata nº 2/87,
Anexo III, **in DOU**, de 24 de fevereiro de 1987)
e de 13 de agosto de 1987 (Ata nº 56/87, Anexo
III, **in DOU** de 8 de setembro de 1987), com
os resultados, também, das inspeções extraor-
dinária e especial **in loco**, determinadas naquelas
assentadas, para aprofundamento do exame feito
inicialmente na área de pessoal e das questões
posteriormente suscitadas e relativas às normas
e procedimentos do órgão, bem como ao controle
das "Ações Integradas de Saúde".

Decisão

O Tribunal Pleno acolheu — com nova redação
e os acréscimos considerados necessários para
melhor esclarecer a questão — as proposições
do Inspetor-Geral de Controle Externo compe-
tente, para determinar as providências alinhadas,
nos seguintes termos, ao final do Relatório e Voto
proferidos pelo Ministro Carlos Átila Álvares da
Silva:

— sejam encaminhadas cópias deste Relató-
rio e Voto aos Exm.ªs Srs. Ministros de Estado
da Saúde (MS) e da Previdência e Assistência
Social (MPAS), para que Suas Excelências, cientes
das ocorrências em apreço, pudessem adotar as
medidas que julgarem cabíveis ao cumprimento
do disposto no Decreto nº 94 657/87 e a regulari-
zação das impropriedades indicadas neste pro-
cesso (a cargo do MPAS);

— seja determinada ao órgão (INAMPS/RS) a
adoção das providências necessárias ao cumpri-
mento dos objetivos propostos à implementação
das "Ações Integradas de Saúde", com observân-
cia das normas legais pertinentes (relativamente
às alíneas a/g, retrocitadas);

— seja a Ciset do MPAS cientificada do au-
mento de faturamento de hospitais, com a interve-
niência irregular de firmas de processamento de
dados, com vistas à inclusão dessa matéria no
programa de auditoria do controle interno previsto
para o exame das contas do INAMPS/RS, relativo
ao exercício de 1987, a fim de fazer constar dos
respectivos trabalhos de auditoria a questão em
referência,

— seja aprofundado o exame do aumento de
faturamento decorrente da interveniência irregu-
lar de firmas de processamento de dados. Este
assunto, indicado no TC nº 625 565/86-0 (apen-
so), foi constatado por Auditoria Médica realizada

em INAMPS/RS. Dada a urgência e gravidade
dessa questão, entendo que o citado processo
(TC 625 565/86-0) deva ser desapensado e pro-
movido o aprofundamento do exame dessa maté-
ria (envolvendo irregularidades no faturamento de
serviços prestados ao INAMPS), em inspeção ex-
traordinária, a ser realizada pela Inspeção compe-
tente (TRCE/RS), a fim de indicar seus respon-
sáveis, bem como os respectivos valores, devida-
mente elucidados;

— voto, finalmente, pela juntada dos presentes
autos às contas do INAMPS/RS, relativas ao exer-
cício de 1987, para exame em confronto."

d) não indicação, na cláusula vigésima do con-
vênio assinado em 15-9-87, da forma como deve-
rá ser elaborada a prestação de contas mensal
do SUDS à CIS a quem compete sua aprovação,
se através de balancetes e relatórios ou por sim-
ples demonstrativos de aplicação de recursos
com indicação da data, nº documento de despesa
e descrição como está sendo organizada atual-
mente;

e) de acordo com a cláusula décima-quarta
do convênio, a gestão do SUDS dar-se-á de forma
colegiada, através da Comissão Interinstitucional
de Saúde (CIS), redefinida com caráter predomi-
nantemente executivo

Na prática, a nosso ver, surgirão inúmeras di-
ficuldades, por se tratar de órgãos de caráter não
permanente, até então, com funções deliberativas,
composto por membros de instituições diversas,
transformado em órgão executivo, função incom-
patível com órgãos de deliberação coletiva;

f) retirada do processo de controle e avaliação
das atribuições do INAMPS, transferindo tais fun-
ções ao CIS, que é o próprio gestor do SUDS,
conforme dispõe a cláusula vigésima-oitava do
convênio, com apreciação posterior pelo CES
(Conselho Estadual de Saúde). É impossível um
órgão controlar e avaliar o seu próprio desem-
penho. Considerando-se que a quase totalidade
dos recursos envolvidos no SUDS derivam da área
federal, entende a inspeção que o controle e a
avaliação deveriam permanecer na área federal;

g) ausência de contabilização dos recursos do
SUDS, a nível de Contadoria Geral do Estado,
fazendo com que a aplicação dos recursos não
seja fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado,
devendo ser intensificadas, futuramente, as inspe-
ções do TCU, nos recursos repassados pelo
INAMPS à SSMA/RS."

As situações caracterizadoras de falhas e/ou ir-
regularidades, constantes do Relatório de Inspec-
ção Especial foram assim resumidas pelo Sr. In-
spetor-Regional em seu parecer de fls. 127/131:

"I — AÇÕES INTEGRADAS DE SAÚDE.

**I — Convênio com a Secretaria de Saúde
e Meio Ambiente/RS:**

**1 — Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº
8/84:**

Objetivo: — implementar o funcionamento in-
tegral dos hospitais de Alvorada e de Cachoei-
rinha, em regime de co-gestão:

a) pagamento antecipado à Secretaria de Saú-
de e Meio Ambiente (SSMA/RS), da parcela de
Cz\$ 2.600.000,00, correspondente aos 3 (três)
primeiros meses de vigência do convênio: — in-
fringência do § 1º, da Cláusula Quinta,

b) liberação de recursos pelo INAMPS sem que
fosse constituído (até 6-11-1987, data do término
da Inspeção do TCU), o Conselho Técnico Admi-

nistrativo (CTA), que faria a co-gestão: — inobser-
vância ao disposto na Cláusula Terceira do Termo
Aditivo;

c) ausência de programação de atividades dos
hospitais e de plano de aplicação dos recursos
em razão da não constituição do CTA, a quem
é atribuída a aprovação daqueles instrumentos
(Cláusula Quarta, letra "a" do Quarto Termo Adi-
tivo);

d) não abertura de conta específica no Banco
do Brasil, em nome do "Quarto Termo Aditivo
INAMPS — SSMA — Co-Gestão Hospitalar Alvo-
rada e Cachoeirinha", em razão de os hospitais
não possuírem nº de CGC: — inobservância do
§ 1º da Cláusula Quinta do Quarto Termo Aditivo;

e) não contabilização dos recursos pela Con-
tadoria Geral do Estado, em razão da não passa-
gem dos mesmos pela Caixa do Tesouro do Esta-
do;

f) previsão de contratação indireta de pessoal
pela Secretaria de Saúde de Meio Ambiente, atra-
vés das Prefeituras Municipais de Alvorada e Ca-
choeirinha (cfe. contratos assinados em 5-8-87
e 28-7-87, respectivamente), visando a imple-
mentação do funcionamento integral, inclusive
em regime de internação, do sistema hospitalar;

f 1) constatado, ainda, a ocorrência de adianta-
mento de valores, Cz\$ 5.924.615,37 à PM de Ca-
choeirinha, equivalente a 3 (três) vezes o valor
da folha de pagamento mensal — do sistema
hospitalar, em data de 14-8-87 (cfe. Cláusula Se-
gunda, item II, letra a, do contrato) e Cz\$
1.771.771,27 à PM de Alvorada, equivalente ao
valor mensal da folha de pagamento hospitalar
de Alvorada, em 14-8-87, registrando-se entre-
tanto, que até o final — da inspeção (6-11-1987),
não haviam sido efetivadas as contratações de
pessoal, como prevista.

g) não indicação, nos contratos firmados com
as Prefeituras Municipais, das seguintes condi-
ções:

g.1) que os recursos são provenientes do 4º
Termo Aditivo — ao Convênio nº 08/84, assinado
em 22-5-1987, entre o MPAS/INAMPS/Governo
do RS;

g.2) que os recursos deveriam ser mantidos
na conta específica junto ao Banco do Brasil S/A.

— constatando que, de acordo com a Cláusula
— **Quarta** dos contratos foi estipulado que os
recursos — repassados pela Secretaria serão ge-
ridos por ambos os contratantes, sendo deposi-
tados em agências bancárias do estabelecimento
de crédito oficial do Estado, indicado pela SSMA/
RS, e movimentadas com a assinatura de repre-
sentantes das duas partes.

h) constatado que os Hospitais retroindicados
apresentam inúmeros problemas para inícios efeti-
vos das operações (sistema de ar condicionado
central avariado, infiltrações, sistema elétrico ina-
dequado à demanda, falta de medicamentos, ge-
radores insuficientes, ambulância em péssimo es-
tado, equipamentos de alas de internação com
defeito, em face do longo tempo sem uso, além
da ocorrência do desaparecimento de bens adqui-
ridos com recursos do convênio INAMPS/SSMA,
em gestões anteriores;

i) os Hospitais indicados, estão funcionando
desde 1985 em atendimento ambulatorial, com
pessoal contratado através de fundações esta-
duais (Metroplan, Fugast), apesar de possuírem
59 leitos cada um

2 — Terceiro Termo Aditivo ao Convênio 08/84 (22-6-87), firmado pelo MPAS/INAMPS/Governo do Estado.

Objetivo: — implantar o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no Rio Grande do Sul, dentro das Ações Integradas de Saúde, com repasse de recursos do INAMPS/SSMA, em parcelas bimestrais de Cz\$ 402.557.407,00.

a) pagamento, a título de isonomia salarial ao pessoal efetivo e celetista, da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente/RS referente aos meses de agosto/setembro-1987, à conta dos recursos do 3º Termo Aditivo ao Convênio nº 08/84, do valor de Cz\$ 130.830.007,58, incluindo encargos sociais — inexistência de fundamentação legal para pagamento a título de isonomia salarial, ao pessoal do Estado, com recursos repassados pela União;

b) retirada de elevados valores da conta específica onde são creditados os valores provenientes dos convênios MPAS/INAMPS (Banco do Brasil S/A.) — conta nº 72.185-9, para aplicação no mercado financeiro (OVER), através do Banco Meridional do Brasil S/A e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, acrescentando-se que inúmeras vezes os rendimentos das aplicações no Banrisul foram retidos para crédito do Tesouro do Estado RS;

c) ausência de contabilização e do controle em separado, correspondente à parcela bimestral de Cz\$ 402.557.407,00 (Terceiro Termo Aditivo ao Convênio-SUDS), repassada à SSMA/RS em 16-7-87;

d) — constatação de que grande parte das despesas realizadas à conta da parcela bimestral ref. 3º Termo Aditivo, corresponde a gastos próprios da SSMA (p. exemplo: — combustível, material de consumo, medicamentos para Delegacias Regionais de Saúde, etc.), que deveriam ser atendidas com recursos próprios;

e) — ocorrência de repasse de recursos à Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, em 7-10-1987, no valor de Cz\$ 473.463,17, de acordo com contrato celebrado em 30-9-1987, com o Governo do Estado (SSMA), visando a contratação, em caráter emergencial, de recursos humanos para a Assistência Médico-Ambulatorial, constatando-se as seguintes falhas/irregularidades;

1) — retroatividade de vigência contratual a 1º-5-1987;

2) — realização de contratação indireta de pessoal, via Prefeitura Municipal, que posteriormente coloca os servidores à disposição da SSMA/RS, correndo a despesa, indevidamente, à conta de recursos federais do convênio INAMPS/SSMA, inclusive as relacionadas à isonomia salarial;

3) — as despesas desses contratos não estão previstas no Projeto Complementar referido no Terceiro Termo Aditivo ao Convênio 8-84, e não puderam ser atendidas à conta dos recursos nele previstos.

f) — transferência de recursos do 3º Termo Aditivo, no valor de Cz\$ 8.000.000,00, na forma de adiantamento, em nome da Diretora da Escola de Saúde Pública do Estado, para aplicação no prazo de 90 (noventa) dias, em despesas com transporte de pessoal, ("ILEGÍVEL"), diárias, serviços de terceiros, honorários, serviços de estagiários e monitores, material de consumo, etc., que deveriam ser efetivados pela via bancária normal;

g) — realização de despesas não previstas no Projeto Complementar ao Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Saúde no RS, que fundamentou a celebração do 3º Turno Aditivo ao Convênio nº 08/84, no que se refere ao custeio com recursos do convênio indicado, de obras de ampliação do Hospital de Caridade de Três Passos/RS, no valor de Cz\$ 4.265.801,00, repassado integralmente à Prefeitura Municipal de Três Passos, em 13-10-1987, apesar de a mesma não estar incluída no item V — Projetos de Municipalização Distritalização do Projeto complementar.

Registra-se, ainda, que, em se tratando de hospital privado, pertencente à entidade mantenedora que assina convênio de natureza filantrópica em 22-10-1987 com o INAMPS-RS, considerando-se, ainda, que no objeto do contrato respectivo não foi feita alusão à realização de obras e sim ao estabelecimento de condições de operacionalização e implantação do SUDS.

II — Convênios com Prefeituras Municipais

A análise procedida pelo Encarregado da Inspeção indica a seguinte situação, em relação aos convênios com as Prefeituras Municipais:

— 79 Prefeituras assinaram os termos de adesão, mas nunca apresentaram faturas referentes à produção;

— 52 Prefeituras não aderiram à implantação e execução das Ações Integradas de Saúde;

— 10 Prefeituras assinaram termos de adesão que não possuem repasse financeiro, em face da suficiência da rede municipal para atender à demanda;

— 103 Prefeituras Municipais estão apresentando normalmente as faturas mensais.

Registra o Relatório, ainda, a constatação de que a razão para a não apresentação de faturas por Prefeituras que assinaram os Termos de Adesão, está na obrigatoriedade de apresentação do DARF, comprovando o recolhimento das contribuições previdenciárias, cfs. Resolução Conjunta do IAPAS/INAMPS, nº 123/86, para fins de recebimento de créditos.

III — Convênios com Entidades Filantrópicas

Do exame procedido por amostragem (22 convênios), foi constatada a ocorrência das seguintes falhas:

a) — não análise e aprovação das faturas pela CIMS (Comissão Municipal de Saúde), que é a instância municipal de planejamento gestão e controle das AIS, sofrendo, apenas, revisão administrativa (e não técnica) pelo órgão local do INAMPS;

b) — falta de regularização de adiantamentos concedidos pelo INAMPS/RS a Entidades Filantrópicas, por conta de faturamentos ref. meses de março/abril-1987, com a constatação dos seguintes saldos devedores, em novembro/1987:

— Associação Comunitária e Hospital Aratiba	153.670,87
— Hospital São Nicolau, de São Nicolau	388.319,56
— Soc. Benef. Santa Rosa de Lima-Aroio Tigre	778.969,71
— Soc. Benef. de Marau	457.011,25
— Soc. Hosp. Benef. Pe. Eugênio Medischeschi	48.278,88

— Soc. Hosp. Candide N. S. Navegantes — Porto Xavier	217.210,81
— Soc. Hospitalar Santo Antônio-Braga	240.000,00

IV — Convênios com Hospitais Universitários

No exame procedido nos convênios celebrados com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, foi constatada a persistência da cobrança indevida por anestesiistas, de serviços prestados aos segurados.

V — Análise do programa "Ações Integradas de Saúde"

Registra o Encarregado da Inspeção, com absoluta propriedade, ponderações que caracterizam consciente análise às medidas de implantação de um novo sistema de saúde que está sendo proposto pelo Governo Federal, arrolando situações que não só poderão ensejar problemas de ordem legal, como até o comprometimento do cumprimento dos objetivos e metas sociais que fundamentam a instituição do programa "Ações Integradas de Saúde", conforme Exposição de Motivos nº 031, de 10-7-1987, publicada no DOU de 21-7-1987, e posterior criação do programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (Decreto nº 94.657, de 20-7-1987, in DOU de 21-7-1987), sem deixar de considerar-se que o programa envolve a transferência aos Estados de vultosos recursos federais

Parece relevantes, por isso mesmo, que a Administração Federal promova os estudos e análises cabíveis à adequada formulação desse importante programa, de modo a adequá-lo à legislação e regulamentação vigentes, e, principalmente, para que a implementação concreta do plano, em área de tal relevância social seja caracterizada pela otimização dos resultados projetados em busca de equilibrada relação custos/benefícios.

II — Aumento de Faturamento — Intervenção Irregular de Firmas de Processamento de Dados.

Conforme já indicado no TC. 625.565/86-0, apenso, foi constatado por Auditoria Médica realizada pelo INAMPS/RS (doc. — por cópia — fls. 115/123) e comprovado, como fato concreto, o aumento do faturamento apresentado por hospitais, com direta, ativa e indicada participação e responsabilidade de empresas de processamento de dados.

A gravidade da situação ensejou a adoção de algumas providências, por parte da Superintendência Regional do INAMPS/RS, (fls. 124/125), sem que o problema tenha encontrado solução tanto que obrigou, ao menos por momento, a suspensão do processamento das faturas hospitalares através de empresas de computação de dados, estando o assunto, segundo se depreende da documentação apresentada, na dependência de outras medidas, a nível de decisão superior do INAMPS/RS."

Ao concluir seu exaustivo trabalho, o titular da IRCE/RS sugere a determinação das seguintes providências (fls. 131 — in fine):

"1) — expedição de Aviso ao Sr. Ministro de Estado supervisor da área visando:

a) — identificação, para as providências saneadoras cabíveis, das falhas/irregularidades retroapontadas;

b) — solicitação de providências que viabilizem o cumprimento dos objetivos propostos, consoante a análise procedida (fls. 60/61, letras "a" e "g");

c) — recomendação de apuração das responsabilidades civil, penal e administrativa, referente à constatação de irregularidades no faturamento de serviços ao INAMPS, com a direta participação de empresas de processamento de dados;

2) — permanente acompanhamento, através dos instrumentos de ação de controle do Tribunal, do desenvolvimento do programa — "Ações Integradas de Saúde", inclusive por inspeção ordinária setorial, no exercício de 1988."

É o relatório.

VOTO

O Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (SUDS) foi criado pelo Decreto nº 94.657, de 20 de julho de 1987 (in DO de 21-7-87). As diretrizes básicas para que se consolidem e desenvolvam as Ações Integradas de Saúde (AIS) estão previstas na Exposição de Motivos nº 031/87, submetida juntamente com o projeto do referido Decreto (94.657/87) à apreciação e aprovação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A matéria de que tratam os presentes autos, incluindo-se os processos apensos, foi apresentada, resumidamente, nos últimos pareceres da Inspeção competente, como resultado dos trabalhos concluídos na inspeção especial realizada no INAMPS/RS.

Os assuntos em apreciação se relacionam também com as atividades do Ministério da Saúde, que, com o (Ministério) da Previdência e Assistência Social, em ato conjunto ou separadamente, deve baixar as instruções necessárias à execução do programa (Ações Integradas de Saúde) criado pelo Decreto nº 94.657/87, conforme determinação contida no art. 2º deste diploma legal.

Com essas considerações, acolho as proposições do Sr. Inspetor-Regional, dando-lhes porém nova redação, com os acréscimos que julgo oportuno fazer no sentido de melhor esclarecer a questão, e voto por que:

— sejam encaminhadas cópias deste Relatório e Voto aos Exm^{as} Srs. Ministros de Estado da Saúde (MS) e da Previdência e Assistência Social (MPAS), para que Suas Excelências, cientes das ocorrências em apreço, possam adotar as medidas que julgarem cabíveis ao cumprimento do disposto no Decreto nº 94.657/87, e à regularização das impropriedades indicadas neste processo (a cargo do MPAS);

— seja determinada ao órgão (INAMPS/RS) a adoção das providências necessárias ao cumprimento dos objetivos propostos à implementação das "Ações Integradas de Saúde", com observância das normas legais pertinentes (relativamente às alíneas a/g. retrocitadas);

— seja a CISET do MPAS cientificado do aumento de faturamento de hospitais, com a intervenção irregular de firmas de processamento de dados, com vistas à inclusão dessa matéria no programa de auditoria do controle interno previsto para o exame das contas do INAMPS/RS, relativo

ao exercício de 1987, a fim de fazer constar dos respectivos trabalhos de auditoria a questão em referência;

— seja aprofundado o exame do aumento de faturamento decorrente da intervenção irregular de firmas de processamento de dados. Este assunto, indicado no TC nº 625.565/86-0 (apenso), foi constatado por Auditoria Médica realizada pelo INAMPS/RS. Dada a urgência e gravidade dessa questão, entendo que o citado processo (TC nº 625.565/86-0) deva ser desapensado e promovido o aprofundamento do exame dessa matéria (envolvendo irregularidades no faturamento de serviços prestados ao INAMPS) — em inspeção extraordinária, a ser realizada pela Inspeção competente (IRCE/RS), a fim de indicar seus responsáveis, bem como os respectivos valores, devidamente elucidados;

— voto, finalmente, pela juntada dos presentes autos às contas do INAMPS/RS, relativas ao exercício de 1987, para exame em confronto.

TCU, Sala das Sessões, 23 de março de 1988.
— Carlos Átila Álvares da Silva, Ministro-Relator.

ATA Nº 09, EM 23 DE MARÇO DE 1988 (Sessão Ordinária do Plenário) REQUERIMENTO OU PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

— Formulado pelo Ministro Adhemar Ghisi

O Tribunal Pleno, por unanimidade, deferiu ante as razões expostas, o Requerimento formulado pelo Ministro Adhemar Ghisi (v. Anexo II desta Ata), no sentido de ser solicitada ao Exmº Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, na forma dos artigos 19 e 25, inciso V, do Decreto-lei nº 200 de 1967, a remessa urgente a este Corte de Contas dos elementos ou informações indicados ao final, nas alíneas a e c (Proc. nº 003 684/88-1).

ANEXO II DA ATA Nº 09, EM 23 DE MARÇO DE 1988 (Sessão Ordinária do Plenário) REQUERIMENTO OU PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Requerimento formulado, pelo Ministro Adhemar Ghisi — em decorrência de publicação, no **Diário Oficial da União**, de 9 de março corrente, pp 3810 a 3814, de extratos de convênios firmados por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social e relativos a repasses de recursos pelo INAMPS — e unanimemente deferido pelo Plenário, ante os motivos e para os fins indicados, em todos os seus termos (Proc. nº 003 684/88-1)

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Procurador-Geral.

O **Diário Oficial** da União de 9-3-88 traz às fls. 3810/3814 extratos de convênios do MPAS com o Governo do Estado do Amazonas e Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, com a intervenção da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, com vigência de 2 anos podendo ser prorrogado ou renovado e com o objetivo de implementar, na faixa de fronteira, um plano de ação conjunta, na área de saúde na região de São Gabriel da Cachoeirinha, atingindo localidades de faixa de fronteiras e do Projeto Calha Norte, pelo qual o INAMPS deverá repassar

ao Estado, recursos financeiros no valor total de Cz\$ 512.848.000,00 (quinhentos e doze milhões oitocentos e quarenta e oito mil cruzados), conforme Nota de Empenho nº 56, de 18 de fevereiro de 1988, bem como extrato de convênio do mesmo MPAS com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de sua Pastoral da Criança, tendo como objeto "a Prestação de Ações Básicas de Saúde à população infantil, às gestantes e às nutrízes das comunidades carentes em todo o país no valor de Cz\$ 216.960 000,00 (duzentos e dezesseis milhões novecentos e sessenta mil cruzados), com validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

No mesmo **Diário Oficial**, no lugar citado, constam também os extratos de 19 (dezenove) Termos Aditivos de outros Convênios já firmados com outros Estados da Federação Brasileira em que o INAMPS se compromete a repassar recursos vultosos, conforme Notas de Empenho enumeradas.

O que me causou espécie é que todos os mencionados Termos Aditivos, exceto um, têm como objeto: "Definir e disciplinar os procedimentos pelos quais deverão ser transferidos e aplicados os recursos financeiros necessários à operacionalização do SUDS/88; normatizar, suplementarmente, a sistemática do acompanhamento, controle e avaliação do programa; bem como estabelecer a assinatura de instrumentos que visem inserir as alterações necessárias previstas pela Programação e Orçamento Integrada, para o exercício de 1988 (POI/88) e de um convênio-padrão do SUDS em substituição ao ora aditado".

Observando atentamente a questão tive a sensação de que o último ato do ex-presidente do INAMPS, Sr. Hésio Cordeiro, realmente merece um acurado e urgente exame por parte deste Tribunal.

A opinião pública tem reagido com um misto de perplexidade e indignação ante o fato, conforme se pode perceber do editorial do **Correio Braziliense**, de 12-3-88, sob o título "Apuração rigorosa" cujo teor transcrevo integralmente para conhecimento de meus ilustres Pares.

Diz o referido editorial:

"Não pode ficar sem o mais cabal esclarecimento a denúncia de que o ex-presidente do INAMPS, antes de deixar o cargo, elaborou um "testamento" estarrecedor, no qual gastou a metade do orçamento do Instituto, algo em torno de Cz\$248 bilhões somente com 24 convênios assinados num único dia. Se a assinatura de convênios em si mesma, é ato normal de responsabilidade do Poder Público, só pode causar estranheza a extrema generosidade com que um funcionário demitido resolve fazer antes de se despedir do cargo que ocupava.

Torna-se mais que necessária a apuração rigorosa desse fato, que compromete as autoridades que o promoveram, muito mais que as entidades eventualmente beneficiadas. Estas, certamente, receberam, o que pleitearam, muito embora possam ter motivos de também estranhar a prodigalidade com que as burras do Tesouro foram subitamente abertas para o patrocínio de tanta ajuda aparentemente apenas benemérita.

Não se pode aceitar passivamente fato de tal natureza. O Governo é o primeiro afetado

na sua imagem, mas também sobre suspeita de idoneidade a tantos envolvidos que o melhor que a Administração tem a fazer nesses casos é providenciar a urgente abertura de inquérito, até para salvaguardar os inocentes eventualmente envolvidos na generosa operação.

O Brasil dispõe, felizmente, de mecanismos institucionais hábeis a serem acionados em casos assim, tanto na esfera do Executivo quanto na do Legislativo. Trata-se, então, de não perder tempo e de pôr em ação alguma forma de apuração dessas denúncias, veiculadas pela imprensa, como é de seu dever como prestadora de serviço público permanente. Até as sindicâncias, os inquéritos, as gestões do Tribunal de Contas da União e até as Comissões de Inquérito do Congresso. São formas de defesa da sociedade contra todos os que se esquecem de seus deveres como zeladores do bem público e se dão ao luxo de praticar atos francamente nocivos à Administração, como parecem ser os que envolvem o INAMPS.

Afinal, em cinco páginas de **Diário Oficial** estão estampados convênios que devoram, de uma vez, metade do orçamento anual do INAMPS. O mínimo que se poderia esperar era a suspensão temporária da vigência desses convênios, até que o novo administrador do INAMPS passasse por crivo criterioso e rigoroso cada um dos convênios. É difícil, impossível mesmo convencer a alguém de que o INAMPS tinha de ceder metade de seu orçamento de uma hora para outra para ajudar 24 entidades, algumas das quais estão longe de qualquer situação de emergência ou de bancarrota.

Uma iniciativa saneadora, neste momento, não socorreria apenas o Governo mas, acima de tudo, a própria moralidade do serviço público."

Fazendo minhas as colocações do transcrito editorial, entendo suficientemente debatido o aspecto ético-moral do problema.

Desejo porém, já agora investido do dever-direito constitucional que compete a este Colegiado como um todo e a cada Ministro individualmente, requerer, Sr. Presidente, que ouvido este egrégio Plenário, como de praxe, seja expedido Aviso dessa operosa Presidência ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando àquela ilustre Autoridade, na forma dos artigos 19 e 25, inciso V do Decreto-lei 200/67, urgente encaminhamento a esta Corte de Contas, dos seguintes elementos ligados ao fato ora noticiado a este Plenário:

a) cópia do inteiro teor dos Convênios cujos extratos foram publicados no **D.O.U.**, acima referido, para exame deste Tribunal;

b) informação sobre como se resolve ou se resolverá a questão de tomada ou prestação de contas no que concerne aos dinheiros da União, já que a transferência de recursos financeiros, do modo como está sendo noticiado pela imprensa, do MPAS para as Secretarias de Saúde dos Estados vai dificultar o controle deste Tribunal ante a competência dos Tribunais de Contas dos Estados e de alguns Municípios para controlar os órgãos das entidades das respectivas jurisdições;

c) informação sobre o montante de liberações, até a data de hoje; efetuadas por conta dos referidos convênios e seus Aditamentos

Sala das Sessões, 23 de março de 1988 —

Adhemar Ghisi, Ministro.

DEPUTADOS: Roberto Jefferson — Gastone Righi — Cardoso Alves — Adolfo Oliveira — José Luiz de Sá — Denisar Arneiro — José Elias Murad — José Maurício — Dasso Coimbra — Victor Trovão — Luis Eduardo — Delfim Netto — Gerson Peres — Felipe Mendes — Osvaldo Bender — Virgílio Galassi — Alysson Paulinelli — Ronaro Corrêa — José Santana — Feres Nader — Arnaldo Prieto — Leur Lomanto — Oscar Corrêa — Francisco Benjamim — Angelo Magalhães — Carrel Benevides — Jacy Scanagatta — Agripino Oliveira Lima — Jofran Frejat — Valmir Campelo — José Camargo — Luiz Marques — Etevaldo Nogueira — Jayme Paliarin — Mário de Oliveira — Edésio Frias — Matheus Iensen — João de Deus — Salatiel Carvalho — Roberto Vital — Eraldo Trindade — Geovani Borges — Roberto Augusto — Enoc Vieira — Jairo Carneiro — César Cals Neto — Samir Achôa — Maluly Netto — João Rezek — Max Rosenmann — Mattos Leão — Alarjco Abib — Renato Bernardi — Dionísio Dal-Prá — Antônio Ueno — Ailton Cordeiro — Rosa Prata — Humberto Souto — Victor Fontana — Expedito Machado — Bezerra de Melo — Luiz Ignácio Lula da Silva — Sotero Cunha — José Genoíno — Olívio O Dutra — Benedita da Silva — Luiz Gushiken — Nilson Gibson — Siqueira Campos — Gil César — José Carlos Vasconcelos — Luiz Creire — Délio Braz — Fernando Cunha — José Freire — Mauro Campos — Sólton Borges dos Reis — Theodoro Mendes — Ricardo Izar — Hélio Rosas — Carlos Alberto Caó — Luiz Soyer — Floriceno Paixão — Vivaldo Barbosa — Adroaldo Streck — Brandão Monteiro — Lael Varella — Plínio Arruda Sampaio — Lysâneas Maciel — Dirce Tutu Quadros — Arnold Fioravante — Fausto Rocha — Nyder Barbosa — Vinícius Cansanção — João Machado Rollemberg — Djenal Gonçalves — Aduino Pereira Lima — Rita Furtado — José Elias — Cunha Bueno — José Carlos Coutinho — Jesualdo Cavalcanti — Ubiratan Spinelli — Júlio Campos — Osvaldo Sobrinho — Mendes Botelho — Farabulini Júnior — Amaral Netto — José Maria Eymael — Milton Barbosa — Tito Costa — Rubem Medina — Osmar Leitão — Renato Viana — Eduardo Moreira — Geovah Amarante — Ruberval Piloto — Orlando Pacheco — Michel Temer — Eunice Michiles — Saulo Queiroz — Eraldo Tinoco — Benito Gama — Waldeck Ornelas — José Jorge — Inocêncio Oliveira — Raquel Cândido — Adhemar de Barros Filho — Nelson Seixas — Amaury Muller — Noel de Carvalho — Paulo Paim — Sílvio Abreu — Roberto Torres — Hélio Duque — Celso Dourado — Joaquim Bevilacqua — Messias Soares — Antônio Salim Curiati — Mello Reis — Carlos Virgílio — Jesus Tajra — Lúcio Alcântara — José Geraldo — Afif Domingos — Rodrigues Palma — Jonas Pinheiro — Joaquim Sucena — Manoel Castro — Jairo Azi — Alécio Dias — Iberê Ferreira — Flávio Rocha — Paulo Delgado — Maria de Lourdes Abadia — João Paulo — Francisco Rossi — Arnaldo Faria de Sá — Ottomar Pinto — José Carlos Martinez — Sérgio Werneck — Gilson Machado — Jorge Vianna — Ricardo Fiuza — Paes Landim

— Bonifácio de Andrada — Marcia Kubitschek
— Luis Roberto Ponte — Irma Passoni — Edmil-
son Valentim — Sérgio Brito — Antonio Carlos
Franco — Acival Gomes — Rita Camata — San-
dra Cavalcanti — Osmir Lima — Mauro Sampaio
— Haroldo Lima — Nelson Sabra — Mozarildo
Cavalcanti — Gidel Dantas — Paulo Pimentel —
Erico Pegoraro — Ézio Ferreira — Furtado Leite
— Henrique Córdova — Átila Lira — Victor Fac-
cioni — Adylson Motta — Wagner Lago — Dioní-
sio Hage — Mário Assad — Telmo Kirst — Agassiz
Almeida — Maguito Vilela — Simão Sessim —
José Ulisses de Oliveira — Aldo Arentes — Edme
Tavares — Francisco Dornelles — José Costa
— Sigmaringa Seixas — Myriam Portella — José
Guedes.

SENADÓRES: Jarbas Passarinho — Olavo Pi-
res — Irapuan Costa Jr — Albano Franco —
Francisco Rollemberg — Alfredo Campos — Ger-
son Camata — João Calmon — Jutahy Magalhães
— José Richa — Guilherme Palmeira — José
Agripino — Lavoisier Maia — Wilson Martins —
Iram Saraiva — Nabor Júnior — Maurício Corrêa
— Itamar Franco — Jamil Haddad — Edison Lo-
bão — Cid Sabóia de Carvalho — Raimundo Lira
— Lourival Baptista — Luiz Viana — Jorge Bor-
nhausen — Carlos De'Carli — Meira Filho — Leite
Chaves — Mansueto de Lavor — Nelson Wedekin
— Pompeu de Sousa — Teotônio Vilela Filho
— Ney Maranhão — Nelson Carneiro — José
Lins — Alexandre Costa — Leopoldo Peres —
Aureo Mello — Mário Maia — Mauro Borges —
Divaldo Suruagy — Carlos Chiarelli — Dirceu Car-
neiro — José Paulo Bisol — José Fogaça